



Grupo de Estudos de Defesa e
Segurança Internacional

OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

INFORME BRASIL Nº 33/2020
Período: 12/09/2020 - 18/09/2020
GEDES – UNESP

- 1- Pagamentos de militares da reserva são omitidos no governo de Jair Bolsonaro
- 2- Desafios do controle civil sobre os militares cresce no governo Bolsonaro
- 3- Crescente participação de militares no governo causa preocupação na ONU
- 4- Coronel do Exército é o novo presidente da Funarte
- 5- Depois de meses como interino, Pazuello foi nomeado ministro da Saúde
- 6- Jornais discutem ineficiência da atuação das Forças Armadas na Amazônia
- 7- Ex secretário-executivo da Casa Civil exonerado em episódio de uso de aeronave da FAB assume cargo de assessor especial do ministro do Meio Ambiente
- 8- Governo pretende fazer corte bilionário nas despesas da Defesa, Educação, Cidadania e Agricultura

1- Pagamentos de militares da reserva são omitidos no governo de Jair Bolsonaro

Segundo o periódico *O Estado de S. Paulo*, há um ano os pagamentos de militares da reserva e pensionistas são omitidos no governo do presidente da República Jair Bolsonaro. Mesmo com a decisão do Tribunal de Contas da União (TCU) de divulgar essas informações no Portal de Transparência, e a determinação da Corte, em 2019, de tornar público para consulta os pagamentos, eles nunca foram realmente publicados. Dessa forma, o jornal noticiou que não é possível determinar quanto ganham aposentados das Forças Armadas, dentre eles o próprio Jair Bolsonaro, seu vice-presidente, Hamilton Mourão, e alguns ministros do governo. Outro ponto retratado pelo *Estado* a respeito dos militares é sua exclusão da administrativa que está na pauta do governo Bolsonaro. Segundo o jornal, o mecanismo que limita remunerações para que não haja supersalários economizou R\$ 51 milhões para o governo, mas, com a reforma, militares podem se aposentar e seguir recebendo o mesmo valor que recebiam quando estavam na ativa. (*O Estado de S. Paulo – Política – 14/09/20*)

2- Desafios do controle civil sobre os militares cresce no governo Bolsonaro

Segundo Marcelo Godoy, colunista do periódico *O Estado de S. Paulo*, as relações entre militares e civis no Brasil integram o centro de disputas políticas desde a época do império. O governo do presidente da República Jair Bolsonaro,

após um período conturbado, parece ter alcançado um momento de acomodação, no qual não são mais vistas manifestações antidemocráticas que contavam com a presença do presidente, nem ações dos filhos de Bolsonaro contra ministros e até mesmo o vice-presidente Hamilton Mourão. Porém, Godoy avaliou que o controle civil sobre os militares está muito aquém do mínimo necessário. Um exemplo é a resistência do Ministério da Defesa (MD) de tornar público os pagamentos feitos aos militares e pensionistas, assim como ocorre com qualquer outro servidor civil. Segundo o colunista, o MD alega “que a intimidade de pensionistas estaria sendo violada se os valores de seus vencimentos fossem publicados”. A decisão do Tribunal de Contas da União (TCU) foi tomada há um ano e os dados ainda estão omitidos, expondo o desafio do controle civil sobre os militares numa democracia, ainda mais sob um governo como o de Jair Bolsonaro. (O Estado de S. Paulo – Política – 14/09/20)

3- Crescente participação de militares no governo causa preocupação na ONU

De acordo com o jornal *Correio Braziliense*, no primeiro dia de reunião do Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), a ex-presidente do Chile e atual Alta Comissária para os Direitos Humanos Michelle Bachelet advertiu a alta participação das forças armadas e de policiais militares na condução de políticas públicas nos três níveis do atual governo brasileiro. Bachelet reforçou que este processo tem se repetido em vários países da América Latina, como México e El Salvador. Segundo o *Correio*, o governo de Jair Bolsonaro conta com oito ministros e aproximadamente 2,8 mil cargos comissionados de procedência das forças armadas ou da polícia militar. Bachelet também demonstrou preocupação com os progressivos ataques e violências cometidas especialmente contra defensores de direitos humanos, jornalistas, comunidades sem-terra e ativistas envolvidos em pautas de direito à terra e ao meio ambiente. O *Correio* apontou que, em defesa do governo brasileiro, a embaixadora Maria Nazareth Farani de Azevêdo, que representa o país no Conselho, elencou as medidas econômicas de enfrentamento à COVID-19 e alegou diminuição dos casos da doença. No entanto, no dia 09/09/20, o Brasil foi classificado como o país do G-20 com o maior coeficiente de mortalidade pela doença. (*Correio Braziliense* - Poder - 15/09/20).

4- Coronel do Exército é o novo presidente da Funarte

De acordo com os jornais *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, após exoneração de Luciano da Silva Barbosa Querido da presidência da Fundação Nacional de Artes (Funarte), atualmente vinculada ao Ministério do Turismo, o coronel do Exército Lamartine Barbosa Holanda foi nomeado presidente da pasta. O *Correio* rememorou que Holanda possui trajetória no setor de audiovisual do Exército, tendo sido, entre outras coisas, diretor e roteirista de vídeo institucional da Indústria de Material Bélico do Brasil (Imbel), editor de conteúdo da revista da Associação dos Comerciantes de Material de Construção do estado do Rio de Janeiro (Acomac-Rio) e da Fundação Trompowsky, além de editor de conteúdo e diretor na Câmara do Comércio do Mercosul e Américas. Já *O Estado* mencionou os cursos de manutenção de material bélico, transportes de cargas perigosas e comunicação neurolinguística que compõem o currículo de Holanda. Além disso, o jornal abordou sua

participação na realização de uma mostra de filmes militares em 2019 e sua visita à Cinemateca Brasileira junto ao deputado estadual Castello Branco, do Partido Social Liberal (PSL), o assessor especial Rodrigo Morais e o superintendente do órgão, Roberto Simões Barbeiro, sob justificativa de ser uma visita técnica. Mônica Bergamo, em Colunas e Blogs do jornal *Folha de S. Paulo*, trouxe a preocupação de servidores da Funarte de que haja “aparelhamento militar” da instituição. Em entrevista à coluna, um destes servidores declarou que nem durante os anos 1970, em plena Ditadura Militar, a pasta havia sido comandada por um militar. (Correio Braziliense - Poder - 15/09/20; Folha de S. Paulo - Colunas e Blogs- 15/09/20; O Estado de S. Paulo - Especial - 15/09/20)

5- Depois de meses como interino, Pazuello foi nomeado ministro da Saúde

Conforme publicado pelos periódicos *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, após meses como ministro interino da Saúde, o general Eduardo Pazuello foi efetivado na pasta no dia 14/09/20. Segundo o *Correio*, a posse oficial ocorreu em 16/09/20 no Palácio do Planalto “em meio ao registro de 132.006 mortes decorrentes de covid-19”. O jornal destacou ainda os elogios feitos pelo presidente Jair Bolsonaro ao ministro, assim como seu apoio à quantidade de militares designados junto a ele na pasta. A *Folha* relembrou a resistência de Pazuello em assumir a cadeira efetivamente e sua intenção de fazer uma gestão temporária, de não mais que 90 dias. Segundo o jornal, o militar ainda da ativa sentia-se incomodado pela resistência que havia entre comandantes das Forças Armadas quanto à sua nomeação, temendo que uma “gestão desastrosa” impactasse negativamente a imagem da instituição. Apesar disso, a *Folha* destacou a satisfação do presidente Jair Bolsonaro com a atuação de Pazuello e seus esforços junto aos comandantes a fim de convencê-los da indicação. A administração de Pazuello, lembraram *O Estado* e a *Folha*, chegou a ampliar o protocolo de uso da cloroquina no combate à COVID-19, indicando a prescrição desde os primeiros sintomas, e a omitir informação de dados oficiais do avanço da doença no país. *O Estado* apontou ainda o abandono da recomendação de isolamento social pelo Ministério da Saúde sob gestão interina, justificada pela recomendação do Supremo Tribunal Federal (STF) que dá autonomia aos estados e municípios na elaboração de medidas de combate à pandemia. O periódico destacou a queda da média diária de óbitos pela doença pela quinta semana seguida. (Correio Braziliense - Governo - 15/09/20; Folha de S. Paulo - Painel - 15/09/20; Folha de S. Paulo - Saúde - 15/09/20; O Estado de S. Paulo - Metrópole - 15/09/20)

6- Jornais discutem ineficiência da atuação das Forças Armadas na Amazônia

O editorial do jornal *Folha de S. Paulo* afirmou que, diante da maior crise ambiental da recente história brasileira, o ministro do Meio Ambiente, Ricardo de Aquino Salles, reduziu o orçamento do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) para 2021. De acordo com o jornal, o desprestígio da pasta é evidenciado pela incumbência das Forças Armadas e do Conselho da Amazônia, comandado pelo vice-presidente da República general Hamilton Mourão, no combate à destruição da Amazônia, cujas “Operações militares teatrais, caras e de baixa eficácia, põem no ostracismo especialistas do

Ibama e do ICMBio”. Enquanto o general e o ministro se esforçam em negar e distorcer a narrativa do que de fato ocorre no ecossistema brasileiro, “ardem Amazônia, Pantanal e cerrado”. Em reportagem, a *Folha* noticiou que os primeiros 14 dias de setembro já registaram mais queimadas na Amazônia do que todo o mês de setembro de 2019. Até o dia 15/09/20, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) detectou 20.485 focos de calor, número que ultrapassa os 19.925 computados em todo o mês no ano anterior. O Exército, por meio da Operação Verde Brasil 2, continua em ação no bioma para conter os focos de incêndio. Porém, a *Folha* ressaltou que o uso das Forças Armadas não tem sido suficiente para combater os crimes ambientais, considerando que tanto o desmate como os incêndios na região ultrapassaram níveis históricos. Já o periódico *O Estado de S. Paulo* noticiou que o governo planeja a criação de uma ‘Força Tática da Amazônia’, que terá força de polícia, para combater crimes ambientais na região amazônica. A força será formada, principalmente, por militares da reserva que tenham conhecimento da região e, ao contrário de outras forças militares atuando na Amazônia, terá as funções de prender, multar, apreender e destruir equipamentos, atualmente exclusivas dos agentes do Ibama e do ICMBio. Conforme apontou o *Estadão*, a força seria coordenada pelo vice-presidente, general Hamilton Mourão, e vinculada ao Ministério do Meio Ambiente. (Folha de S. Paulo - Opinião - 15/09/20; Folha de S. Paulo – Ambiente – 16/09/20; O Estado de S. Paulo - Metrópole - 18/09/20)

7- Ex secretário-executivo da Casa Civil exonerado em episódio de uso de aeronave da FAB assume cargo de assessor especial do ministro do Meio Ambiente

De acordo com o periódico *Correio Braziliense*, José Vicente Santini, exonerado do cargo de secretário-executivo da Casa Civil pelo presidente Jair Bolsonaro após suposto uso irregular de uma aeronave da Força Aérea Brasileira (FAB) para viagens à Suíça e à Índia em janeiro de 2020, foi nomeado assessor especial do ministro do Meio Ambiente, Ricardo de Aquino Salles, no dia 16/09/2020. Segundo o periódico, os processos aos quais ele respondia por esse episódio foram encerrados, uma vez que não apontavam infrações. O *Correio* ressaltou que, à época, o presidente Jair Bolsonaro caracterizou “como inadmissível o gasto de recursos públicos tal como o feito por Santini”. Por sua vez, o periódico *Folha de S. Paulo* destacou que ao exonerar José Santini de seu cargo, Bolsonaro não tinha excluído “a possibilidade de ele ocupar outras funções no governo federal”. (*Correio Braziliense* - Política - 17/09/20; *Folha de S. Paulo* - Poder - 17/09/20).

8- Governo pretende fazer corte bilionário nas despesas da Defesa, Educação, Cidadania e Agricultura

Segundo o periódico *O Estado de S. Paulo*, em reunião da Junta de Execução Orçamentária (JEO), formada pelos ministros Walter Souza Braga Netto (Casa Civil) e Paulo Roberto Nunes Guedes (Economia), foi definido um corte orçamentário das despesas dos Ministérios da Defesa, Educação, Cidadania e Agricultura, com o objetivo de aumentar os investimentos públicos, principalmente no Plano Pró-Brasil. De acordo com *O Estado*, o Ministério da Defesa, que sofrerá um corte de R\$ 430 milhões, informou que o ato “gerará

prejuízos nas ações das Forças Armadas, mas o Ministério irá se esforçar para cumprir as determinações”. Por fim, o periódico ressaltou que R\$ 3,2 bilhões serão remanejados para os Ministérios do Desenvolvimento Regional e da Infraestrutura para a continuidade de obras. (O Estado de S. Paulo - Economia & Negócios - 17/09/20).

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

*Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra do Correio Braziliense e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe:

Davi Campos Matos (Redator, graduando em Relações Internacionais); Gislaine Amaral Silva (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Guilherme Evaristo Rodrigues Macieira (Redator, graduando em Relações Internacionais); Heed Mariano Silva Pereira (Supervisora, graduada em Relações Internacionais); Henrique Muniz Fernandes (Redator, graduando em Relações Internacionais); Jonas de Paula Vieira (Redator, graduando em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutora em Relações Internacionais); Laura Meneghim Donadelli (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Léa Briese Staschower (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Leonardo Pontes Vinho (Redator, graduando em Relações Internacionais); Lucas Rizzati Iquegami (Redator, graduando em Relações Internacionais).